

II. Deliberações

Câmara Municipal

1. **Aprovação da ata n.º 41/2023, da reunião ordinária de 26 de junho de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 41/2023

Reunião ordinária pública de 26 de junho de 2023

Ao vigésimo sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre de Junta de Freguesia de Ruílhe, sito no Largo 25 de Abril, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que enviaram uma proposta de agendamento sobre a discussão pública de algumas das obras que estão a decorrer na cidade, mas que o Sr. Presidente entendeu que não era assunto para incluir, apesar de se ter disponibilizado para uma reunião mais circunscrita, mas que quando os assuntos são públicos, esses devem ser debatidos na reunião da Câmara Municipal. De seguida, como **primeira questão** solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação as obras no Nó de Enfiás, sobre o ponto de situação, a lógica de gastos, os “timings” de execução, qual será o impacto de tráfego do projeto, quando serão lançados os concursos e se por parte da Infraestruturas de Portugal existe o compromisso de executar a obra e quando. Como

segunda questão, referiu, sobre o Túnel da Avenida da Liberdade, que houve uma tentativa de empurrar o atraso do início da obra para o Tribunal de Contas, mas que o tribunal fez um pedido de resposta em que desmente que o atraso seja de sua responsabilidade, sendo que o processo foi devolvido pela segunda vez ao município, a última a 22 de junho, considerando não ser algo normal. De seguida, questionou, sobre o mesmo assunto, se é verdade que existirá uma entrada nova que fará ligação com uma intervenção urbanística na Rua do Carvalho e se efetivamente está prevista ou não. Como **terceira questão**, sobre a Avenida da Liberdade, afirmou que houve a informação de que havia o perigo de se perder um apoio de cerca de 1.000.000,00€ se as obras não avançassem o quanto antes e que após envio à Vereadora Olga percebeu que cerca de 1.700.000,00€ eram elegíveis para financiamento, sendo que 50% desse valor, cerca de 25% do valor total, deveria ser justificado e consumido até ao final de junho, havendo a perceção de que a obra vai a 25% e que ainda que haja a possibilidade de se realizar o balizamento dos valores, há o risco de o Município perder o financiamento, e questiona como é que pode o Município justificar que esse valor não seja consumido ou cumprido. Como **quarta questão**, solicitou saber o ponto de situação sobre duas obras anunciadas, a primeira a Variante do Cávado e a segunda a obra do BRT. Sobre a segunda, referiu que existem muitas dúvidas, a nível dos traçados, o número de linhas, e, sobre as primeiras duas que serão criadas, se serão dedicadas a 100% ou partilhadas em parte, solicitando que o projeto fosse explicado de forma cabal, algo que nunca tiveram oportunidade de conhecer detalhadamente, bem como aquilo que o projeto representa para a cidade, sendo que o mesmo tem de estar terminado até 2026, havendo um grande investimento do Governo Central, de 100.000.000,00€. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que, em resposta à **primeira questão**, informou que está concluído e está neste momento a ser apreciado pela Infraestruturas de Portugal, e que vai ser contratada uma auditoria de segurança, por via de uma legislação publicada este ano, sendo que o Município está a desenvolver os trâmites necessários. Informou ainda que a Infraestruturas de Portugal é a responsável pela validação do projeto porque são eles que vão lançar o concurso público para a empreitada, faltando ainda o parecer do IMT, obrigatório, que terá de ser pedido pela primeira após a validação. Em resposta à **segunda questão**, informou que o projeto foi aprovado pela Câmara Municipal e é conhecido, não percebendo a dúvida sobre as entradas e saídas, sendo que aquilo que foi aprovado pelo município não possui nenhuma entrada e saída extra. De seguida, informou que a empreitada não avançou porque aguarda parecer do Tribunal de Contas, que solicitou mais um esclarecimento. Referiu ainda que não existe incompetência de ninguém, e que tudo foi enviado para o Tribunal de Contas como manda a lei, mas que o Tribunal de Contas pede mais informações que

ultrapassam essas exigências. Em resposta à **terceira questão**, informou que os 25% não é da consecução do projeto, mas da parte elegível do projeto, e como esclareceu por escrito está convicta de que será cumprida, e que existe uma fundamentação fácil para justificar um possível não cumprimento, porque o concurso foi aberto em maio do ano passado e não foi possível antecipar que todos os concorrentes fossem apresentar candidaturas acima do preço base, pelo que o Município não tem responsabilidade direta no atraso e que se tudo tivesse corrido como devia, estaríamos agora a concluir a empreitada. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que questionou então de quem é a culpa, referindo que existe uma constante desculpabilização, e que isto não foi lançado a tempo como referido, tendo sido lançada em cima das festas de São João, sendo que vários comerciantes desconheciam esse facto, e que se tivesse sido lançada a tempo, não se estaria a ter esta conversa, sendo uma justificação descabida, havendo o risco de se perder o financiamento. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que o que aconteceu com esta obra não é exclusivo, sendo um problema a nível nacional, com concursos desertos, retardados por incapacidade de resposta e foi isso que aconteceu, tendo sido autorizado pelo governo que se avançasse com a obra acima do custo de base. De seguida, referiu que o projeto foi apresentado no seu devido tempo e que foi com surpresa que tomou conhecimento do desconhecimento dos comerciantes, porque tinha sido uma questão debatida na Reunião da Câmara Municipal. De seguida, referiu que, ao contrário do que foi dito, foi feito tudo para não se perder o financiamento, e que as festas iam prosseguir mesmo com as obras, de modo a garantir essa questão. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que, em resposta à **quarta questão**, informou que o projeto vai ser feito por uma empresa externa, para saber o valor da futura empreitada e que está em fase de estudo prévio, tendo sido apresentado a todas as Juntas de Freguesia que terão implicações geográficas no atravessamento desta futura variante e que está disponível para apresentar o estudo prévio. De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que o mesmo se aplica ao BRT, como já havia sido dito noutras reuniões, e que foram cumpridas todas as etapas de articulação entre a Câmara Municipal e os TUB, numa primeira instância, e depois entre a Câmara Municipal, os TUB e o Ministério das Infraestruturas para fazer o estudo de procura e de inserção. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou se já existe estudo de procura. De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que respondeu afirmativamente. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que questionou quais seriam as ligações das duas linhas. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que respondeu que uma seria entre a Estação de Caminhos de Ferro e o Minho Center, e a outra entre a Estação de Caminhos de Ferro e o Hospital. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur**

Feio, que questionou se haveria reunião sobre esses dois processos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que respondeu afirmativamente. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu que apesar dos esclarecimentos prestados pelo vereador João Rodrigues, seria importante também obter esclarecimentos sobre o PDM. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que, sobre este ou outros assuntos, está disponível para prestar esclarecimentos e ainda mais disponível para receber contributos. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que solicitou saber o que vai acontecer à Feira do Livro, se vai existir ou não, porque foi anunciado um festival literário publicamente, que, na sua opinião, é preocupante, por se tratar de uma externalização de um evento que considera importante e que a deveria ser assegurado pela Câmara Municipal de Braga e não pela InvestBraga. De seguida, referiu que o brio com que foi anunciado ofusca algumas questões, nomeadamente se o evento vai prejudicar as pequenas editoras, pois não foram dadas grandes garantias, parecendo-lhe que este caminho de quase capitulação é o mais correto, questionando se a decisão se compagina com o estatuto de terceira maior capital de distrito. Como segunda questão, referiu que é recorrente falar-se na comunicação social sobre questões que ainda não foram debatidas na reunião, e que essa situação não favorece o funcionamento dos órgãos autárquicos, sem que haja o cuidado de esclarecer essas questões fraturantes. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador da PS, Adolfo Macedo**, que referiu achar bem a aposta num evento desta natureza, mas que a única baixa é a megalomania com que o festival foi anunciado. De seguida, referiu que lhe parece “aberrante” que o evento substitua a feira do livro, pois apesar e serem dois eventos literários, são na sua génese e estrutura completamente diferentes, não compreendendo como é que um festival que decorre em novembro possa substituir uma feira que se realiza em junho ou julho, nem como um evento que se foca na venda de livros a preços mais baixo para promover a leitura possa ser substituído por um evento focado nos iniciados da literatura, onde se vai debater ou discutir a literatura, sendo uma incompatibilidade que não existe. De seguida, solicitou saber qual o motivo para tal e quanto custa a feira do livro e quanto vai custar o festival e se vai haver transferência direta. Ato contínuo, perguntou o porquê da escolha da empresa “Book Company”, e em que termos foi contratada e escolhida, e se esta empresa não é outro nome para “Book Tailors”, que produzia os conteúdos da Feira do Livro de Braga, e que tipos de festivais literários é que esta empresa já organizou. Por fim, questionou como é que se acaba com um evento que leva 80.000 pessoas e com tanta história de um momento para o outro. Em resposta ao **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, e ao **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, o **Presidente da Câmara** referiu que como foi dito pelos vereadores

a Feira do Livro era uma programação interessante e reconhecida, pelo que se está a falar de uma extensão para uma dimensão superior daquilo que era o trabalho realizado em conjunto sendo uma ambição partilhada de ter um festival mais arrojado. Quanto à InvestBraga, ela deixa de existir na componente comercial e as entidades que pretendam poderão vender os seus livros no local, tendo existido a opção de ter um evento maior em termos de ambição, com uma menor dimensão cultural e uma maior dimensão cultural, mas que não inviabiliza a outra dimensão da Feira do Livro de promover a leitura, a literatura, autores e editores. De seguida, afirmou que o festival será avaliado e que depois ser fará nota dos resultados, e que o festival terá um orçamento superior, próximo dos 100.000,00€, não havendo “outsourcing” na organização do mesmo. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador da PS, Ricardo Sousa**, que referiu que teve a oportunidade de estar nas celebrações do 24.º aniversário da BragaHabit, onde foi assinado um protocolo entre a BragaHabit e a Associação Empresarial de Braga para a criação de uma plataforma que visa suprir necessidades das pessoas com a possibilidade de ofertas por parte das empresas ou pessoas para colmatar essas necessidades, dando os parabéns por se ter aceitado a proposta do PS, que quando foi apresentada foi considerada pelo Sr. Presidente como redundante, afirmando que é bom ver que se adotam ideias e que isso eleva a política. Em resposta, o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, questiona em que é que se assemelha este protocolo que é quase uma réplica do que foi feito com a Associação Empresarial do Minho, com aquele que foi sugerido há umas semanas, sendo que o protocolo prevê a criação da plataforma que é um grupo de trabalho alargado, de um fundo e um programa de mentorias no âmbito da inovação social, e se o mesmo se assemelhasse não teria problemas em dizê-lo. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 20 de junho de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. Aprovação da ata n.º 40/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino**

Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. O Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, não participou na votação, de acordo com o n.º 5 do artigo 17.º do Regimento da Câmara Municipal de Braga. -----

2. Relatório de Contas Consolidadas de 2022. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior apreciação da Assembleia Municipal, o Relatório de Contas Consolidadas de 2022, documento que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas, em cumprimento do disposto no artigo 75.º e nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 76.º, alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que aludiu que em linha com que foi apreciado e votado na discussão do relatório de contas, e por um motivo de coerência, votaria contra. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para apreciação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

3. Deveres de informação das empresas locais - Relatórios de execução orçamental – 1.º trimestre de 2023. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior apreciação da Assembleia Municipal, os seguintes relatórios de execução relativos ao 1º trimestre do exercício de 2023, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** AGERE, Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga; **b)** Transportes Urbanos de Braga, EM; **c)** Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga; **d)** Teatro Circo de Braga, EM, S.A.; **e)** INVESTBRAGA - Agência para a Dinamização Económica, E.M.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que solicitou uma atualização sobre a aquisição de novas viaturas por parte dos TUB, o

estado da abertura de novos percursos, como está calendarizada, como está a aquisição de novas viaturas, qual a previsão de abate dos autocarros que estão em circulação e se o número de autocarros em circulação será superior. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que informou que foi feita uma candidatura no ano passado e que este ano vão ser entregues 30 viaturas, tendo havido algumas devoluções, devido a alguns defeitos, referindo que irá pedir mais informações sobre a proporção do abate direto e que posteriormente dará o esclarecimento. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que o abate será sempre menor que a aquisição, numa lógica de contrapartida do financiamento, e que o rácio será sempre menor a 1, pelo que haverá mais autocarros em circulação. **Tomou-se conhecimento. Remeter à Assembleia Municipal para apreciação.** -----

4. 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023, que dará origem ao reforço do orçamento da despesa no montante de 2.611.420,44 euros, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com a documentação constante do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que solicitou esclarecimentos quanto aos 2.3 milhões de euros para reforço por forma a acomodar os encargos inerentes do deslizamento temporal do processo de internalização da empresa SGEB. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que informou que seria para rendas, pois enquanto a empresa estiver a operar haverá que pagar as rendas. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que aludiu que havia a dúvida se o valor seria para intervenções, referindo que as empresas que detêm a SGEB não têm realizado as intervenções e prestado os serviços contratualizados, dando o exemplo de Vilaça e Fradelos, que impedia a prática desportiva. De seguida, referiu que em 2020 o PS votou a internalização da SGEB, sendo que o partido fez uma declaração de voto, onde afirmava que não obstante o interesse público municipal, a manutenção da parceria deveria ser periodicamente avaliada de forma a ser economicamente sustentável e a não onerar de modo excessivo as finanças municipais. De seguida, referiu que, desde que o término da internalização da SGEB foi anunciado, o processo tem-se vindo a arrastar ao longo dos vários mandatos, e que o PS já havia alertado que era um processo que caria de várias etapas, encontrando-se o mesmo ainda sem solução, informando que votaria contra e solicitando informações sobre qual o caminho que essa situação terá, e se existe ideia

de quando o processo será concluído. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que aludiu que o culpado tem um nome, Mário Centeno, antigo Ministro das Finanças do PS, referindo que, quando se avançou com a liquidação, o Tribunal de Contas socorreu-se de um preceito legal que impedia a concretização do projeto, algo que aconteceu com mais municípios, e que foi contraposto ao Ministério das Finanças, tendo sido solicitada a resolução da questão, algo que o ministro rejeitou e impediu que as liquidações internas fossem concretizadas. De seguida, referiu que, felizmente, o Ministro Fernando Medina teve uma perspetiva diferente e no orçamento de estado anterior alterou as condições legais para a execução da operação, mas ao contrário do que estava previsto no plano de internalização inicial, aquilo que está previsto nos dias de hoje é uma lógica de aquisição da participação privada, e isso obrigou a uma revisão e um recálculo do processo e a consequente negociação com o parceiro privado, sendo que neste momento se encontram nesse processo de negociação. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e o voto contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----**

5. Desafetação de duas parcelas de terreno do domínio público municipal, que faz parte do limite do passeio localizado na Travessa do Bonfim da União das freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, proposta de desafetação do domínio público municipal de duas parcelas, com a área de 95 m² cada, cedidas para espaço verde no âmbito da operação de loteamento n.º 11/2007, com a sua consequente incorporação no domínio privado do Município, para posterior alienação aos requerentes para integrar nos lotes 35

e 18

de que são proprietários,

para aumento do logradouro dos mencionados lotes, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. (Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público).” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que aludiu que as desafetações devem basear-se no interesse público, não vislumbrando o interesse público da

proposta, discordando do que vem plasmado na mesma, e referindo que a mesma afetaria uma passagem pedonal entre a Rua Dom Faria e a Rua Domingos e Silva Teixeira, que existe para servir as populações e as pessoas que vivem naquelas ruas, impedindo que se tenha de percorrer uma grande distância para usufruir do autocarro, sendo que existe um grande interesse na sua existência, apesar de estar em obras, não percebendo o interesse de entregar uma via pública ao privado. De seguida, referiu que não existindo nenhum interesse público, a desafetação viola o artigo 16.º e 17.º do Decreto-Lei 280/2007 e os princípios da legalidade e da consecução do interesse público, constituindo uma ilegalidade se a proposta for aprovada, pelo que o PS votará contra, de modo a não ser cúmplice da mesma. De seguida, aconselhou o executivo a repensar e a retirar esta desafetação da ordem de trabalhos. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que a proposta seria retirada e que o ponto seria novamente instruído caso seja entendido como necessário. **Retirado da agenda.** -----

6. **Proposta de atribuição de topónimo na freguesia de Gualtar.** Foi apresentada a seguinte proposta “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de um novo topónimo a uma artéria sem designação toponímica em Gualtar, no Lugar de Novinho, de acordo com a informação técnica constante do processo: **Travessa de São Bento – Prolongamento Início – Travessa de São Bento – Este São Pedro / UF-Este (São Pedro e São Mamede); Fim – Rua Infante Dom Henrique.**” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

7. **CPE.07.23. DMOSM- Contratação: empreitada de “Ordenamento e Regularização do Rio Torto e Ribeira de Panóias”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação das decisões sobre os erros e omissões do caderno de encargos, retificação do projeto de execução, alteração do mapa de quantidades e prorrogação do prazo para apresentação das propostas, da empreitada mencionada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

8. **Regulamento municipal para a atribuição da distinção “lojas com história” e “oficinas com história”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, em conjugação com o artigo 5.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, na sua redação atual, o Regulamento Municipal para a Atribuição da Distinção “Lojas com História” e “Oficinas com História”, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.” **Deliberada aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal para aprovação, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

9. **Proposta de aprovação de alteração de cércea.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, proposta de alteração da cércea do edifício destinado a HOTEL, com os fundamentos explicitados na informação do Diretor de Departamento de Urbanismo, que se anexa à presente proposta.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que questionou por que motivo está esta questão a ser votada em reunião de executivo, uma vez que lhe parece uma questão eminentemente técnica. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que referiu que por ter sido um assunto previamente decidido em reunião de câmara, esta alteração tem de ser igualmente deliberada pelo órgão. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

10. **Concessão de incentivos no âmbito do regulamento de concessão de incentivos ao investimento do município de braga (4 incentivos).** Foram apresentadas as seguintes propostas:

“Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, as propostas de decisão, acompanhadas dos documentos constantes do processo, relativas às seguintes candidaturas ao Regime de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, em conformidade com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, publicado em Diário da República 2.ª série, n.º 152, de 9 de agosto de 2016, com o n.º 789/2016: **a)** Domingos da Silva Teixeira, S.A. (Processo RII01/2023); **b)** Bysteel, S.A. (Processo RII02/2023); **c)** Bysteel FS, S.A. (Processo RII03/2023); **d)** Rasto D'Opiniões, Unipessoal, Lda. (Processo RII04/2023).” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que em relação à DST referiu que a única questão que bloqueia é a questão relacionada com a verdadeira necessidade desses incentivos, apesar de reconhecer que a proposta prevê a criação de uma unidade industrial, com a criação de emprego, para uma finalidade inovadora, referindo que esse é um ponto diferente da proposta da alínea d), relacionado com a atividade hoteleira, que não será um sector diretamente criador de inovação e que não lhe parece merecedor de incentivos, referindo que iria abster-se nas três primeiras alíneas e votar contra na última. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e com abstenção do vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, nas alíneas a), b) e c) e o voto contra na alínea d).**-----

11. Celebração dos Protocolos C.E.D - concretização de programas de captura, esterilização e devolução (CED) para gatos. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a celebração dos Protocolos C.E.D - concretização de programas de captura, esterilização e devolução para gatos, com as seguintes Associações de Proteção Animal sedeadas e com atuação no Município de Braga, de acordo com as competências previstas nas alíneas ii), jj) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro: **a)** Associação para a proteção de animais errantes de braga APPANIBRAG; **b)** Abandoned pets; **c)** Bragatos; **d)** Abrigo da Luna”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

12. Apoios financeiros – contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023.

Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as seguintes proposta de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo: **a)** Arsenal Clube de Devesa – aditamento ao contrato-programa, da época desportiva 2022/2023, celebrado a 20 de fevereiro de 2023, no sentido da cedência, por parte do Município, do Bar da Piscina Municipal das Parretas, do dia 1 de julho até ao dia 3 de setembro de 2023, podendo corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 600,00€- I/51560/2023; **b)** Academia de Patinagem de Braga, no valor de 2.484,97€ (50% das viagens-Campeonato e Taça do Mundo Patinagem Artística 2023) - E/39051/2023; **c)** Grupo Desportivo André Soares – no valor de 3.000,00€ (n.º de atletas) E/36236/2023.” **Deliberado aprovar por maioria a alínea a) com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, e do vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, com solicitação de escusa por parte do Vereador do PS, Artur Jorge Oliveira Feio. Deliberado aprovar por unanimidade as alíneas b) e c).** -----

13. Apoios Financeiros - Contratos de dinamização cultural. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga, tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos: **a)** Nova Comédia Bracarense – Companhia de Teatro Amador de Braga - Associação, no valor de 7.000,00€; **b)** Rancho Folclórico Típico de Santa Maria de Sequeira, no valor de 1.500,00€; **c)** CTB – Companhia de Teatro de Braga, CRL, no valor de 335.257,35€; **d)** M.D.T.A – Associação Malad’Arte, no valor de 8.800,00€; **e)** Azeituna – Tuna de Ciências da Universidade do Minho, no valor de 1.500,00€; **f)** Rancho Folclórico S. João Baptista de Nogueira, no valor de 1.500,00€”. **Deliberado aprovar por**

unanimidade. -----

14. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** União das Freguesias de Stª Lucrécia de Algeriz e Navarra, para execução da obra denominada “Requalificação da Rua da Poça - Navarra”, no valor de 152 642,99€; **b)** União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães, para execução da obra denominada “Pavimentação da Travessa do Ferreiro - (Merelim S. Paio)”, no valor de 10 202,50€; **c)** União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Trabalhos Complementares Requalificação da Rua Entre Águas - Penso S. Vicente (Aditamento)”, no valor de 36 543,45€”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

15. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** Junta de Freguesia de Mire de Tibães, no valor de 24.788,37€, para apoiar a obra “Arranjo do atual Cemitério de Mire de Tibães”; **b)** Junta de Freguesia de Sobreposta, no valor de 67.114,68€, para apoiar a obra “Requalificação do Jardim de Infância de Sobreposta”; **c)** Junta de Freguesia de Palmeira, no valor de 3.345,60€, para apoiar a obra “Alargamento e Pavimentação da Rua da Igreja, incluindo ligação entre a Rua das Cobrasseiras e a Rua da Igreja – 2ª Fase (Honorários/Projeto)”; **d)** União de Freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 5.054,50€, para apoiar a obra “Intervenções realizadas no Cemitério de Crespos”; **e)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “Aquisição de viatura para apoio social na Freguesia”; **f)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e S. Vicente), no valor de 99.639,57€, para apoiar a “Ampliação da Capacidade de Sepultamento do Cemitério de Penso S. Vicente”; **g)** União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães, no valor de 3.100,00€, para apoiar a obra de “Substituição do abrigo de passageiros na Rua da Presa (EN 201) -

Merelim (S. Paio)”; **h)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações no valor de 492,00€, para apoiar a “Requalificação da Rua da Glória - Lamações (Honorários/Fiscalização)” Reunião ordinária pública de 2023/06/26 Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos; **i)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 600,00€, para apoiar a “Requalificação da Rua/Travessa João Braga - Nogueira (Honorários/Fiscalização)”; **j)** União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, no valor de 861,00€, para apoiar a “Requalificação da Rua da Fonte seca – Fraião (Honorários/Fiscalização).” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

16. Propostas de atribuição de apoios financeiros a entidades. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades: **a)** Fundo Social Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga, no valor de 30.000,00€, para instalação de um sistema de arrefecimento no edifício da Casa do Areal, com vista a proporcionar melhores condições de conforto e bem-estar aos seus utentes, de acordo com as alíneas p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e a alínea b) do n.º 2 do artigo F-1/3.º e artigo F 1/5.º do Código Regulamentar do Município de Braga; **b)** Agrupamento de Escolas de Maximinos, no valor de 3.510,00€, destinado ao transporte de sete alunos que necessitam de se deslocar para a frequência de aulas em Vila Nova de Gaia, de forma a minimizar a despesa das famílias, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, e c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga; **c)** Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, no valor de 6.000€, no sentido de manter a sustentabilidade do projeto Plano Local de Leitura, no âmbito da rede de Bibliotecas Escolares de Braga, para o ano de 2023, de acordo com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

17. Outras isenções/reduções/taxas. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

18. Proposta de atribuição do prémio Vida Literária Vítor Aguiar e Silva. Foi apresentada a seguinte proposta: Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa a atribuição do Prémio Vida Literária Vítor Aguiar e Silva, no valor de 25.000,00€, que tem uma periodicidade bienal, estando a sua organização confiada à Associação Portuguesa de Escritores, em cada uma das suas edições, sendo 20.000,00€, para o premiado e o restante para despesas de organização, publicitação e trabalhos de secretaria, de acordo com o protocolo aprovado em reunião do Executivo Municipal de 28/06/2021.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que solicitou um esclarecimento sobre o que se estava a votar, porque o prémio foi criado em 2021, e aprovado em Reunião de Câmara de 28 de julho, existindo um protocolo entre a APE e o Município de Braga datado de 2 de julho de 2021, que prevê a comparticipação financeira, e que o prémio teve Lúcia Jorge como primeiro vencedor, questionando se o que se está a votar é a nova dotação financeira ou o cumprimento do protocolo já aprovado. De seguida, referiu que o PS votaria a favor e que queria deixar a nota de que existe uma redundância, porque é algo que já está aprovado. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que, como já tem acontecido com outras iniciativas, é necessário votar novamente em cada uma das edições. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

19. Transferência de competências em matéria de ação social - apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa a apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, tudo de acordo com a documentação em anexo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que aludiu que votaria a favor, mas que queria sublinhar a posição contra a transferência de competências do Estado para o Município nessa matéria, uma vez que a intervenção deveria ser ordenada e coordenada pelo Estado Central e não ficar à mercê da capacidade diferenciada de gestão que têm as várias autarquias e das suas vontades políticas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

20. Operação urbanística destinada a equipamento de iniciativa privada – Investimentos Imobiliários Martimparque, S.A. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal nos termos do n.º 5, do artigo 75.º do Regulamento do PDM, o interesse em admitir a alteração de uso do equipamento coletivo de iniciativa privada em nome de Investimentos Imobiliários Martimparque, S.A., tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a

palavra a **Vereadora da PS, Sílvia Sousa**, que aludiu que o parecer da proposta é condicional e vem instruído com uma carta do Sporting Clube de Braga a indicar o fim, mas que a mesma não deixa de ser uma declaração de intenções, e que o compromisso aí assumido é quase nulo e que recebeu a informação do presidente da junta de freguesia que o prédio se encontra em construção há demasiado tempo e que é necessário resolver o quanto antes, sendo que nesse sentido o PS iria votar favoravelmente, mas que faria chegar uma declaração de voto, para que fique claro que o PS fica do lado do executivo a monitorização de que o fim deste edifício de facto acontece e perdura no tempo, e que o compromisso do Sporting Clube de Braga de facto se verifica e que não é outra entidade a assumir. Nesse sentido, o **Partido Socialista** fez chegar a seguinte declaração de voto: “Relativamente ao ponto 20. da Ordem de Trabalhos, designado Operação urbanística destinada a equipamento de iniciativa privada - Investimentos Imobiliários Martimparque, S.A., o Partido Socialista vota favoravelmente, considerando: 1. que o processo vem agora acompanhado de documento, assinado por Administradores do SCBraga, manifestando “interesse em celebrar um acordo ou parceria futura (a negociar) com o proprietário do imóvel sito na Rua do Assento, União de Freguesias Real Dume e Semelhe, 4700-046 BRAGA, após a conclusão do prédio que em tal imóvel se encontra em fase de construção e do seu licenciamento, a fim de no mesmo instalar uma residência para os seus atletas (em especial dos escalões de formação), complementar à Cidade Desportiva do SC Braga”, e, deste modo, dá resposta às reservas do parecer jurídico que acompanha o processo, em particular, no que diz respeito ao conceito de habitação especializada; e 2. que existe acordo por parte do Presidente da Junta de Freguesia (UF Real, Dume e Semelhe) que considera a presente proposta benéfica para o território, dando uso e utilidade a uma construção suspensa há vários anos. Contudo, o Partido Socialista nota a fragilidade do compromisso assumido pelo SCBraga e sublinha a importância da câmara e dos seus serviços, através dos instrumentos de que dispõe (e.g. emissão e revalidação de licenças) acautelarem que o futuro equipamento, de facto, serve o fim a que se propõe e que este perdura no tempo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que aludiu que analisada a documentação, lhe parece que o que se está a fazer é “ajustar o pé ao sapato”, criando condições para a tipologia que o proponente reivindica, à luz de um compromisso que não é firme e não parece suficiente para a decisão política, apesar de haver um equipamento que não está ao serviço da população. De seguida, referiu que percebe que é possível alterar o PDM para acomodar a pretensão, mas que não pode estar de acordo com esta lógica de forçar uma coisa que não é, para a tornar numa coisa que se quer que seja, motivo pelo qual votaria contra. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos Por Braga, João Rodrigues**, que afirmou que é um empreendimento que se quer

colocar numa zona que tem os problemas e o historial que tem, e percebe que é normal que se olhe para a questão levantando o sobreolho, mas é considera isto muito simples, há uma determinada classificação, a Lei diz como determinado empreendimento pode ou não ser licenciado nessa parcela de solo e os serviços garantem que se cumpre, e se chegarmos a determinado momento e percebermos que o edifício está a ser utilizado para outras funções, caem as licenças e caducam automaticamente, nem sequer é preciso invocar essa caducidade, pois é algo que acontece em todos os imóveis que foram licenciados em terrenos de equipamento. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que referiu que não é a mesma coisa fazer o licenciamento de uma obra e assumir a responsabilidade de fazê-la, podendo acontecer que não a faça, de ela acontecer à luz do pressuposto de que se pode não concretizar, havendo uma certa irreversibilidade que coloca esta situação num patamar diferente do referido pelo Vereador João Rodrigues. **Aprovada por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com voto contra do vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Declaração de voto do PS a remeter posteriormente.** -----

21. Programa ISA Braga - Normas de Funcionamento do Concurso da 1ª Edição. Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de normas de funcionamento que regularão as regras do concurso da 1.ª edição do Programa Inovação Social Aberta Braga (ISA), a lançar conjuntamente pelo Município de Braga, a BragaHabit e a Fundação "la Caixa", com vista à implementação desta iniciativa conjunta, tudo de acordo com os documentos que constam do processo e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que informou que iria votar a favor, mas querendo um esclarecimento sobre o motivo pelo qual o ponto estava a ser votado novamente. Solicitou ainda saber qual o ponto de situação sobre a aquisição de focos para habitação social e também sobre o processo de atribuição de empréstimos de apoio à habitação. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos Por Braga, João Rodrigues**, que afirmou que há uma série de programas a decorrer, tanto no Município de Braga como na BragaHabit, e que no 1.º direito há uma série de processos em andamento, tendo já sido feita uma oferta de aquisição de

apartamentos em bom estado de utilização por parte do Município de Braga, e que por parte da BragaHabit foi aprovado pela administração a aquisição de apartamentos para esse feito. De seguida, referiu que depois existe a estratégia local de habitação com vários processos em andamento para arrendamento e aquisição, no âmbito do 1.º direito, e que se está a preparar outra oferta pública de aquisição de terrenos. De seguida, referiu que no processo de Ferreiros já foi aprovado o pedido de informação prévia e que se vai lançar o concurso o mais brevemente possível. **Aprovado por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, e a abstenção dos vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. -----**

22. **Voto de louvor a Sofia Saldanha.** “A pedido do Vereador do PS, Adolfo Macedo, foi apresentada a seguinte proposta: Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, **Voto de Louvor a Sofia Saldanha**, distinguida com o **Grande Prémio na categoria Formato Curto** (Short Form) do 26th International Festival of Radio Plays and Documentary Radio Dramas “Prix Marulić”, que se realizou entre os dias 26 e 31 de maio de 2023, em Hvar, na Croácia.” **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

23. **Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade-----**

24. **Foram propostos, pelo Presidente da Câmara, os seguintes votos de louvor: -----**

---- **Voto de louvor aos atletas do Clube Bracara**, pela excelente prestação, ao atleta **Carlos Freitas**, que se sagrou Campeão Mundial Virtus Global Games, conquistou as medalhas de prata na Estafeta 4x400m e de bronze na Estafeta de 4x100m, em torneio realizado de 06 a 09 de junho, em Vichy, França, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Clube Bracara pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

---- **Voto de louvor ao atleta Bracarense Rui Serras**, que se sagrou Campeão Nacional de Juvenis na prova de 300m, tendo ainda obtido o título de Vice-campeão Nacional na prova de 200m, em prova realizada nos dias 17 e 18 do corrente mês, em Almada, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Clube de atletismo Bracara pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor ao atleta Bracarense Afonso Gomes**, que se sagrou Campeão Nacional de Juvenis na prova de 1500m, tendo ainda obtido a melhor marca nacional de sempre com um novo record de 4'00'99, prova realizada no dia 17 do corrente mês, em Almada, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor à equipa de Futebol dos Iniciados do Sporting Clube de Braga**, que conquistou a Campeonato Nacional da Segunda Divisão, título que vem valorizar e reforçar as qualidades dos atletas, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Ruílhe, Fernando Vilaça**, que agradeceu a presença de todas as pessoas, afirmando estar muito contente pelo facto de a plateia estar bem composta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- A **cidadã Lúcia Costa** começou por informar que se encontrava presente em representação da empresa Serralharia Cunha, SA, situada no Parque Industrial de Celeirós, está na internacionalização há mais de 11 anos, e exporta cerca de 35% do negócio, referindo a importância de fazer crescer a empresa através da inovação de tecnologias e equipamentos, nomeadamente as instalações, através de uma expansão para os terrenos à frente da empresa, sendo que o PDM não o permite. Prosseguiu dizendo que foi realizado um pedido de reconhecimento estratégico, solicitando o apoio e aprovação

para fazer crescer a empresa sustentadamente. Em resposta, o **Presidente da Câmara** referiu que há todo um empenho do município de viabilizar esse empreendimento estratégico de uma empresa de referência do concelho, que tem feito um grande esforço para crescer e continuar a ganhar no mercado internacional, sendo que o vereador e o pelouro do urbanismo estão a acompanhar todos os desenvolvimentos para a concretização da alteração e aprovação do empreendimento estratégico para viabilizar a legalização da ampliação da empresa. -----

----- O **cidadão José Machado** referiu, sobre as questões de mobilidade em Palmeira, que em fevereiro o Partido Socialista foi ao local e em março a Vereadora Olga Pereira e a Dr.^a Filipa e resolveram colocar os simuladores contadores, que foram confundidos pelos moradores como armadilhas de vespas asiáticas. Esses contadores foram retirados em abril, no dia 9 de maio voltaram a ser colocados e até hoje os contadores continuam lá pendurados, referindo ter a informação de que numa primeira fase os contadores estavam todos a zero, não tinham contagem nenhuma, afirmando que como representante dos moradores, sempre que vai à reunião leva “zero” de informações, solicitando esclarecimentos sobre o que a Câmara quer fazer, sendo que as ruas são largas para os carros passar e o continua-se a enviar o trânsito para as ruas e a causar transtornos. Em resposta, a **Vereadora da coligação Juntos Por Braga, Olga Pereira**, referiu que foram colocados os contadores para perceber os movimentos reais, mas, infelizmente, alguém, talvez por ter achado que era um equipamento direcionado para as abelhas, foi lá mexer e as contagens vieram a zero, e foi necessário fazer nova montagem. Prosseguiu dizendo que, em princípio, as contagens virão de modo correto e que será necessário alguns dias para perceber o que se passa, de modo a que seja possível tomar uma decisão.-----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 11h e 30m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----